

Intervenção Tiago Oliveira
Secretário-geral da CGTP-IN

Camaradas!
Que grande manifestação! Que grande momento! Que grande luta e sinal que os trabalhadores, os reformados e pensionistas, que os jovens, estão hoje a dar!

Estamos hoje aqui, na rua, porque há razões de sobra para protestar, para reivindicar e para lutar! Estamos aqui porque não aceitamos a realidade que nos querem impor!

Uma realidade em que trabalhar não significa viver melhor, em que ter um emprego não é garantia de sair da pobreza, em que uma vida inteira de trabalho não garante uma reforma digna e em que os jovens, mesmo estudando, mesmo trabalhando, mesmo tendo qualificações, continuam sem conseguir uma habitação e sem construir o seu futuro.

Estamos aqui porque não aceitamos que os trabalhadores sejam chamados a fazer todos os sacrifícios, enquanto os grandes grupos económicos continuam a acumular riqueza e a apresentar lucros milionários! Estamos aqui porque há uma injustiça que não pode continuar a ser ignorada: quem trabalha e produz a riqueza, mas não recebe uma parte justa dessa riqueza! E é precisamente contra esta injustiça que nos levantamos hoje!

Camaradas,
Olhemos para a realidade de quem trabalha!

Olhemos para quem chega ao final do mês e tem de fazer contas para perceber que despesas consegue pagar. Para quem vai ao supermercado e percebe que, com o mesmo dinheiro, traz cada vez menos produtos para casa. Para quem paga a renda e fica sem dinheiro para outras necessidades. Para quem nem sequer tem acesso a uma habitação. Para quem trabalha por turnos, ao fim de semana, à noite e em feriados, e vê a sua vida familiar permanentemente condicionada pelos horários de trabalho. Para quem tem dois empregos e, mesmo assim, não consegue garantir uma vida tranquila. Para quem chega à reforma depois de décadas de trabalho e descobre que a pensão não chega para viver com a dignidade que merece.

Esta é a realidade de milhares e milhares de trabalhadores, reformados e famílias!

E perante esta realidade, perguntamos: até quando?

Rua Vítor Cordon, 1-2.º - 1249-102 Lisboa – Portugal – Tel.:+351 21 3236500 – Fax: +351 21 3236695 – email: cgtp@cgtp.pt

Até quando vão continuar a dizer que é preciso esperar, que é preciso ter paciência, que é preciso confiar nas promessas de melhores dias?

Os trabalhadores não podem continuar à espera! As famílias não podem continuar à espera! Os reformados não podem continuar à espera! Os jovens não podem continuar à espera!

A vida não espera e as necessidades não podem ser adiadas! Porque aquilo que nos apresentam não são respostas aos problemas que vivemos e sentimos. O que nos apresentam é uma política deliberada de ataque aos trabalhadores, de ataque ao país.

Os baixos salários, o aumento do custo de vida, a dificuldade de acesso à saúde, a falta de habitação e a degradação dos serviços públicos não são problemas isolados.

São problemas que condicionam a vida de quem trabalha e que exigem respostas políticas concretas.

E é neste quadro que temos de denunciar as opções do Governo PSD/CDS, que, com o apoio fundamental do Chega e da Iniciativa Liberal, prossegue uma política contrária aos interesses dos trabalhadores e das populações.

Uma política que insiste na desvalorização do trabalho, na promoção de soluções privatizadoras, na fragilização dos serviços públicos e na transferência de recursos e responsabilidades para os interesses dos grupos privados.

Uma política que não responde às necessidades de quem trabalha, de quem está reformado e de quem procura construir o seu futuro.

Uma política que continua e acentua que uma minoria continue a acumular riqueza atras de riqueza e que continua a colocar a maioria numa situação de fragilidade!

E o Orçamento do Estado para 2027 é também expressão dessas opções.

Um orçamento deve servir para responder aos problemas do país e melhorar as condições de vida da população. Deve servir para valorizar os salários, reforçar as pensões, investir na saúde, na educação, na habitação e na protecção social. Deve servir para combater as desigualdades e promover uma distribuição mais justa da riqueza.

Não podemos aceitar um orçamento que deixa para segundo plano as necessidades de quem trabalha e vive da sua reforma, das necessidades dos jovens, enquanto mantém opções que favorecem a acumulação de riqueza e os interesses dos grandes grupos económicos. Não podemos aceitar que se diga que não há recursos para valorizar os trabalhadores, quando continuam a existir enormes desigualdades na distribuição da riqueza. Não podemos aceitar que se invoque a falta de dinheiro para os direitos sociais, mas se encontrem recursos para outras prioridades – como a guerra e as armas.

Por isso, afirmamos com toda a clareza: é urgente um rumo novo para o país! Um rumo novo que só encontraremos com uma nova política, com uma nova correlação de forças.

Temos dito e continuaremos a dizer até à exaustão – enquanto tivermos à frente dos destinos do país alguém que não sabe, nem quer saber da realidade da maioria, que tem interesses opostos a essa mesma maioria, não haverá uma política que responda a esses interesses da maioria.

A CGTP-IN reivindica para 2027 um aumento geral e significativo de todos os salários em, pelo menos, 15%, num valor não inferior a 150 euros, e a fixação do Salário Mínimo Nacional nos 1100 euros a partir de Janeiro. Perante esta reivindicação veio a Ministra do Trabalho afirmar que o aumento previsto pelo governo para 2027, os tais 50 euros de actualização do SMN não é, segundo a própria, pouco para um país como Portugal!

- E os 14 Milhões de euros de lucros por dia da banca? Não é muito?
- E os mais de 4 Milhões de euros por dia da EDP? Não é muito?
- E os 2 Milhões de euros que Sonae e Jerónimo Martins têm por dia? Não é muito?
- E os 4.5 Milhões de euros que a GALP tem de lucro por dia? Não é muito?

Mas os 50 euros….. isso sim…. É muito! Porque a renda moderada de 2.300 euros….. essa já é razoável…..não é muito!

Esta reivindicação dos trabalhadores do aumento dos salários é justa, é necessária e é possível! Não estamos a pedir privilégios! Estamos a exigir que quem trabalha tenha condições para viver! Estamos a exigir que os salários façam face ao custo de vida e permitam melhorar o poder de compra! Estamos a exigir que o trabalho seja valorizado!

Porque não há desenvolvimento sem trabalhadores valorizados! Não há economia forte com salários de pobreza! Não há futuro para Portugal se continuarmos a empurrar os jovens para a emigração e os trabalhadores para a precariedade! E não há justiça social enquanto a riqueza continuar tão desigualmente distribuída!

Mais salário não é um favor! É um direito!

Mais salário é justiça! É dignidade! É desenvolvimento!

Camaradas!
A luta pelos salários está directamente ligada à luta pelos direitos no trabalho.

Não podemos aceitar que se continue a utilizar a legislação laboral para facilitar a exploração, fragilizar os trabalhadores e aumentar o poder dos patrões sobre a vida de quem trabalha.

Continuamos a ter horários desregulados, bancos de horas, adaptabilidade e outras formas de organização do tempo de trabalho que retiram aos trabalhadores o direito a organizar a sua própria vida. Há trabalhadores que não conseguem planear um fim de semana com a família.

Há trabalhadores que não sabem com antecedência quando vão trabalhar. Há trabalhadores que passam mais tempo disponíveis para a empresa do que verdadeiramente disponíveis para a sua família, para os seus filhos, para os seus pais, para os amigos e para si próprios.

E perguntamos: é esta a modernidade que nos querem vender? É este o progresso que nos querem impor? Uma sociedade em que o trabalhador está permanentemente disponível para produzir, mas não tem tempo para viver?

A vida não pode estar subordinada aos interesses e à disponibilidade permanente das empresas! É por isso que defendemos a redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, sem perda de retribuição, para todos os trabalhadores! Defendemos horários dignos, regulados e compatíveis com a vida pessoal e familiar! Defendemos o fim da precariedade, porque ninguém deve viver permanentemente com o medo de perder o emprego! Defendemos a valorização das carreiras e profissões. Defendemos a contratação colectiva como instrumento fundamental de progresso e de conquista de direitos!

É por isso que exigimos a revogação das normas gravosas da legislação laboral, o fim da caducidade das convenções colectivas e a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador! Porque não aceitamos que os direitos conquistados ao longo de décadas sejam postos em causa!

E há uma lição que importa retirar: quando os trabalhadores se organizam, quando se unem e quando lutam, conseguem travar ataques e abrir caminho a conquistas!

A luta e a unidade dos trabalhadores demonstraram que não há ataques que sejam inevitáveis e que nenhum direito está condenado a desaparecer quando existe organização e determinação para o defender!

Demonstramos isso com a derrota do pacote laboral, mas a luta não pode parar! Sabemos o governo que temos. Quais os seus objectivos e quem defende. Está aí o ataque aos serviços públicos.

A saúde, a educação, a segurança social e a habitação não são mercadorias! São direitos fundamentais! São pilares de uma sociedade que se quer democrática, solidária e justa! Quantos de nós já tivemos de esperar demasiado tempo por uma consulta? Quantos conhecem alguém que aguarda por uma cirurgia, por um exame ou por uma resposta médica? Quantos trabalhadores sentem na pele a falta de profissionais, as dificuldades de acesso e a insuficiência de respostas? E enquanto estas dificuldades persistem, assistimos ao crescimento dos negócios privados na saúde!

Não aceitamos que o acesso aos cuidados de saúde dependa da carteira de cada um!

Que quem tem dinheiro tenha acesso à saúde e quem não tem dinheiro ficar condenado à espera! Defendemos um Serviço Nacional de Saúde público, universal, geral e gratuito, com investimento, profissionais em número suficiente, carreiras valorizadas e condições de trabalho que permitam prestar cuidados de qualidade.

Na educação, exigimos uma Escola Pública capaz de garantir igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens. Uma escola com professores, trabalhadores não docentes, técnicos e todos os profissionais necessários. Uma escola com instalações dignas, recursos e condições para ensinar e aprender. Não aceitamos que o direito à educação seja enfraquecido por falta de investimento ou condicionado pela capacidade económica das famílias!

Na Segurança Social, defendemos um sistema público, universal e solidário, capaz de proteger os trabalhadores nos momentos de maior dificuldade e de garantir reformas dignas a quem trabalhou uma vida inteira. Não aceitamos que se procure enfraquecer a Segurança Social para abrir espaço ao assalto dos grupos financeiros que transformam a protecção social num negócio! A Segurança Social pertence aos trabalhadores e deve continuar a garantir direitos e solidariedade entre gerações!

E por isso deixar aqui uma forte saudação a todos os trabalhadores da Administração Publica que fizeram do dia de ontem um grande dia de luta, por si, pelos seus, pelo país. São vocês o verdadeiro alicerce dos serviços públicos! Ontem foi um grande dia de luta!

O direito à habitação não pode ser ignorado. Para milhares de trabalhadores e jovens, ter hoje uma casa tornou-se um problema central.

Há jovens que trabalham, têm formação e querem constituir família, mas não conseguem sair de casa dos pais. Há famílias que entregam uma parte enorme do salário ao senhorio. Há trabalhadores que vivem longe do local de trabalho porque não conseguem pagar uma renda nas zonas onde trabalham. Há pessoas que vivem na incerteza de saber se conseguirão manter a casa onde construíram a sua vida.

Isto é inaceitável!

A habitação é um direito, não é um privilégio!

Mas não tocam na especulação imobiliária, no negócio, nos interesses dos grandes negócios imobiliários!

Camaradas,
Tudo isto está relacionado.

O que exigimos é uma mudança de prioridades!

O que exigimos é que o país coloque os trabalhadores e as populações no centro das decisões! E essa mudança tem de começar pela valorização do trabalho!

Que futuro estamos a oferecer aos jovens que estudam, que se qualificam, que procuram emprego e que encontram salários baixos, contratos precários e habitação incomportável?

Mas também queremos dignidade para os reformados! Os reformados não são um peso para a sociedade! São homens e mulheres que trabalharam uma vida inteira, que contribuíram para a riqueza do país e que ajudaram a construir aquilo que hoje temos!

Merecem respeito! Merecem pensões que permitam viver sem dificuldades permanentes! Merecem acesso à saúde, à habitação e à protecção social!

Por isso, a luta por melhores pensões é uma luta de todos! É uma luta dos reformados, mas também dos trabalhadores no activo, porque todos nós seremos reformados um dia! É uma luta pela solidariedade entre gerações e pela defesa de um sistema público de Segurança Social!

Camaradas!
É importante percebermos que nada disto se resolve com palavras bonitas, com promessas ou com declarações de intenção.

Resolve-se com medidas concretas! Resolve-se com investimento público! Resolve-se com salários dignos! Resolve-se com direitos laborais! Resolve-se com serviços públicos fortes! Resolve-se com uma justa distribuição da riqueza!

E, acima de tudo, resolve-se com a força organizada dos trabalhadores!

A força dos trabalhadores está na unidade! Está na solidariedade! Está na organização e na luta! E é essa força que temos de levar para cada local de trabalho, para cada empresa, para cada serviço e para cada rua!

Estamos aqui, unidos, para dizer que não aceitamos o empobrecimento, não aceitamos a precariedade, não aceitamos a exploração, não aceitamos o desmantelamento dos serviços públicos, não aceitamos que os trabalhadores sejam obrigados a escolher entre trabalhar e viver!

Queremos um país que respeite quem trabalha! Um país que valorize quem produz! Um país que garanta direitos às crianças, aos jovens, aos trabalhadores e aos reformados! Um país que garanta a igualdade e os direitos das mulheres. Um país que cumpra a Constituição da República Portuguesa e concretize os direitos nela consagrados! Um país de progresso, de justiça social, de solidariedade e de uma mais justa distribuição da riqueza!

E sabemos que esse país não se constrói de braços cruzados!

Por isso, daqui assumimos um compromisso claro: continuar a luta!

E a luta continua já no próximo dia 24 de Novembro camaradas. Já na próxima terça-feira, de manhã, em frente da Assembleia da República onde será votado o OE. Temos que lá estar, vamos lá estar e a luta vai continuar, porque não aceitamos as opções deste OE, e a continuação da política de ataque ao país. E isso nós não aceitamos!

Não nos resignamos! Não desistimos! Não aceitamos retrocessos!

Sabemos que há dificuldades, sabemos que há obstáculos e sabemos que os interesses que enfrentamos têm muito poder. Mas também sabemos que os trabalhadores têm uma força imensa quando estão unidos e organizados!

E essa força já fez história! Essa força conquistou direitos! Essa força travou ataques! Essa força abriu caminho a avanços que muitos julgavam impossíveis! É essa força que vamos afirmar nas empresas e nas ruas!

Por isso, camaradas, saiamos daqui com a determinação reforçada!

Levemos esta mensagem aos nossos locais de trabalho!

Não deixemos que outros decidam do nosso futuro!
É possível uma vida melhor!

É possível outro rumo para Portugal!

E esse caminho faz-se com os trabalhadores, com a sua organização, com a sua unidade e com a sua luta!

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES
VIVA A CGTP-IN!